



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar das escolas e creches municipais, conforme descritivos previstos no item 19 e Anexo I deste Edital.

### RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

#### I. Relatório

Trata-se de impugnação interposta por DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA, protocolada na Plataforma BBMNET às 08:06h do dia 23/05/2024, em relação aos termos do Edital do Processo Licitatório nº 046/2024, Pregão Eletrônico nº 017/2024.

A impugnação é focalizada em relação às especificações técnicas do item 18 (CAFÉ TORRADO E MOÍDO), mais especificamente em relação à exigência de Selo ABIC.

Alega que *"A exigência de comprovação de Pureza e/ou Qualidade do produto apenas através da Certificação ABIC limita a oferta, restringe a participação de várias outras empresas com produtos de alta qualidade cujo a comprovação ocorre por laudos laboratoriais, menosprezando totalmente a qualidade de tantas outras marcas existentes no mercado"*, complementando que *"A certificação da ABIC, requerida no edital, é feita por instituição privada, cujo sua adesão não é obrigatória, pois não deriva de ato normativo brasileiro, portanto, não podem ser exigidos nos editais de forma a limitar a participação e oferta de produtos que atendem integralmente as especificações do edital"*.

Defende que a exigência de Selo ABIC implica *"restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores"*, em afronta aos princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Invoca a jurisprudência do Tribunal de Contas de União – TCU, a fim de evidenciar a irregularidade na exigência do referido Selo, colacionando decisões proferidas em casos análogos, dentre eles, o Acórdão 1985/2018.

Ao final, a empresa pleiteia o acolhimento da impugnação, para que haja alteração do Edital especialmente para que as exigências do Selo ABIC *"(...) sejam precedidas de e/ou (Certificado ABIC e/ou Laudos Laboratoriais), laudo este emitido conforme as resoluções citadas nesta impugnação. Ou seja, laudos emitidos por laboratórios credenciados pela ANVISA ou acreditados pelo MAPA"*.

Feito o breve relatório, passa-se à análise e julgamento da impugnação.

#### II. Do exame de admissibilidade da impugnação

Preconiza o Decreto Municipal nº 84/2021, que regulamenta, em âmbito municipal, o Pregão na forma eletrônica:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**“Art. 22 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**

**§ 1º - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao (a) pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.**

**§ 2º - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.**

**§ 3º - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.”**

De acordo com o item 12.1 do Edital, “As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico no portal BBMNET (<https://www.novobbmnet.com.br/>), link “editais e resultados” e posteriormente “impugnar”.

A sessão de abertura do Pregão Eletrônico encontra-se designada para o dia 11/06/2024, às 09:30h.

A impugnação em apreço foi protocolizada no dia 23/05/2024, às 08:09h, via Plataforma BBMNET, impondo-se o reconhecimento da sua tempestividade.

No mais, considerando o atendimento aos requisitos intrínsecos de cabimento, legitimidade e interesse do impugnante no manejo da Impugnação, e aos requisitos extrínsecos de conformidade com as exigências formais do Edital, sobretudo, segundo acima detalhado, da tempestividade, conhece-se da Impugnação.

### III. Do mérito da Impugnação

#### III.1. Das especificações técnicas do item 18 (CAFÉ TORRADO E MOÍDO)

O julgamento da impugnação consiste em verificar se há vício no instrumento convocatório em virtude das especificações técnicas relativas ao item 18 (CAFÉ TORRADO E MOÍDO), notadamente, em relação à exigência de que o produto ofertado possua registro/selo ABIC.

Dispõe o Edital em relação ao descritivo do item impugnado:

**“CAFÉ TORRADO E MOÍDO, conforme descrição constante do Anexo I – Termo de Referência.” (item 19 do Edital)**

**“CAFÉ TORRADO E MOÍDO - extraforte. Aparência: pó homogêneo, fino; cor: variando do castanho claro ao castanho escuro; sabor e cheiros próprios. Procedente de grãos sãos, limpos e isentos de impurezas, acondicionado em pacote aluminizado alto vácuo, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Embalagem: primária, própria, fechada a vácuo, constando identificação do produto, inclusive classificação e a marca; nome e endereço do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e peso líquido; número de registro no órgão competente, com selo de pureza ABIC. O produto deverá**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

*obedecer à Instrução do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e complementarmente a Norma de Qualidade **recomendável** ABIC/PQC, de 28/04/2004, que estabelece requisitos técnicos de qualidade. Embalagem de 500g. Validade de 6 meses a contar da data da entrega.” (destacamos) (item 1.1 do Anexo I – Termo de Referência)*

Esclarece-se que o descritivo constante do Edital faz menção à especificação técnica constante do tópico 1 do Anexo I – Termo de Referência, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, solicitante do certame.

Pois bem. Em análise da fundamentação apresentada, reputa-se **não** assistir razão ao Impugnante.

Segundo enunciado no Acórdão TCU 1985/2010-Plenário, é irregular a exigência, em contratações para aquisição de café, de certificado de autorização ao uso de selo da Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC).

Na análise de mérito da questão, o Ministro relator do registrou reconhecer a “*boa intenção dos responsáveis em realizar uma compra adequada resguardando o erário*”. Todavia, ressaltou que “*a irregularidade não está na busca de condições mínimas para o objeto a ser fornecido, ação sempre desejável. O que afronta a lei é a exigência exorbitante de apresentação do selo da ABIC, quando existem laboratórios credenciados pela Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos de Saúde (habilitados pela Vigilância Sanitária) para atestar a qualidade do produto em questão*”.

Assim, o relator, ao concordar com a unidade técnica, e na mesma linha do que já havia afirmado quando da apreciação da medida cautelar anterior, destacou que “*o ponto central da análise da representação consiste no fato de que o referido selo não é a única forma de garantir a compra de um café com boas características. Desse modo, deve ser permitido a todos licitantes fazerem uso de outras entidades credenciadas, incrementando, assim, a efetiva concorrência e a amplitude da participação*”. Em consequência, considerou indevida a exigência de associação dos licitantes à ABIC, uma vez que tal fato pode ter provocado, ainda que maneira indireta, desistência prévia de potenciais participantes.

Nos termos do art. 9º, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, é vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Ocorre que, em melhor leitura do Edital, observa-se que as exigências técnicas relativas ao item 18 (CAFÉ TORRADO E MOÍDO) não restringem a competitividade, haja vista ter constado expressamente que “*O produto deverá obedecer à Instrução do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e complementarmente a Norma de Qualidade **recomendável** ABIC/PQC, de 28/04/2004, que estabelece requisitos técnicos de qualidade.*” (destacamos)

A previsão do Selo ABIC refere-se a norma de qualidade **recomendável**, e não obrigatória e/ou exclusiva. Desta forma, considerando que os produtos cotados poderão possuir certificação equivalente à de referência, descabe falar em restrição indevida da competitividade.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Destaca-se que a interpretação das regras do Edital deverá ser realizada de forma sistemática, de modo a prevalecer a real intenção do ente licitante quando da elaboração do instrumento convocatório. Desta forma, a menção ao Selo ABIC deverá ser considerada aplicável, logicamente, àqueles produtos que de fato possuam tal certificação, ao passo em que os demais deverão possuir comprovação da certificação de qualidade correspondente.

Inexistindo motivo de conveniência ou oportunidade que justifique a revisão das especificações técnicas do objeto, tampouco ilegalidade na sua exigência que, conforme exposto, não implica em restrição indevida à competitividade, descabe modificação do Edital no ponto impugnado.

### IV. Conclusão

Diante do exposto, o Pregoeiro resolve:

- a) Conhecer a Impugnação interposta por DMS COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CAFÉ LTDA para, no mérito, negar-lhe provimento.
- b) Dar ciência ao Impugnante acerca do inteiro teor desta decisão, via Plataforma BBMNET, publicando-se no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete a ata do julgamento.

Conselheiro Lafaiete/MG, 10 de junho de 2024.

  
Paulo Henrique de Carvalho Bittencourt  
Pregoeiro